

COTIDIANO E SOCIABILIDADES NO IMPÉRIO ROMANO



GILVAN VENTURA DA SILVA
LENI RIBEIRO LEITE
ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA
BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO
Organizadores

COTIDIANO E SOCIABILIDADES NO IMPÉRIO ROMANO



Vitória, ES
2015

ENTRE A VIDA E MORTE: RITUAIS FUNERÁRIOS E ESPAÇOS SEPULCRAIS EM BRACARA AUGUSTA

Cristina Vilas Boas Braga

Introdução

Em qualquer parte do Império Romano as necrópoles eram lugares de repouso de quem partia, onde cotidianamente se desenrolavam vários cenários de representação de práticas sociais associadas ao culto dos mortos. Apesar de se constituírem, por excelência, como espaços de comemoração e memória, eram também locais de convivência e sociabilidade, geridos e organizados pelas comunidades, pelo que não é de estranhar que se tratassem de zonas em permanente mutação e reconstrução.

O presente texto pretende expor os aspetos de sociabilidade relacionados com as práticas funerárias de cremação que tiveram lugar em *Bracara Augusta* durante o Alto Império, tendo por base duas fontes de informação: a Arqueologia e a documentação escrita. Assim, pretendemos valorizar os relatos expostos nas mais diversas fontes literárias que se referem aos funerais romanos, os quais serão confrontados com as inferências que podem ser feitas a partir das escavações e do estudo das sepulturas, dos *ustrina* e do material epigráfico disponível.

Ao longo da seguinte exposição, pretendemos ainda destacar o valor dos dados arqueológicos para inferir as práticas de sociabilidade que se estruturavam após a morte e verificar até que ponto terão sido assimilados os rituais funerários romanos, tal como são referidos pelas fontes escritas.

A necrópole

No mundo romano, a maior parte dos rituais e práticas funerários decorria num espaço próprio, a necrópole, local de comemoração e de evocação da memória do morto. Aí decorria a grande maioria dos rituais funerários de carácter público (*funus*), os quais se constituíam como um

conjunto de gestos e práticas simbólicos, orais ou físicos, cujo objetivo principal era fortalecer as relações entre indivíduos e entre os diversos grupos sociais. No decurso da realização dos diversos rituais, compartilhavam-se valores, símbolos e signos nos quais os laços entre os múltiplos agentes sociais eram reforçados (BOURQUE, 2000; MARCO SIMÓN, 2013). Pela lei romana, o local dedicado ao enterramento e à homenagem do defunto teria forçosamente que se localizar fora do espaço urbano, pois a determinação legal era clara: “nenhuma inumação ou cremação pode decorrer dentro da cidade” (*Lex XII tabularum*, X, 3).

A justificativa para a localização das necrópoles no espaço exterior da *urbs* não é simples, muito embora todas as razões se encontrem intimamente relacionadas entre si. Um dos principais motivos está associado com a questão sanitária e de integridade do espaço urbano. Note-se o caso do processo de cremação, que implicava a incineração de um corpo pela ação do fogo e a aplicação de grandes quantidades de materiais inflamáveis, que poderiam por em risco construções urbanas. Parece ser essa preocupação que Cícero expressava, em meados do século I, na obra *Das Leis*, quando afirmava: “nenhuma inumação ou cremação pode decorrer dentro da cidade” (HOPE, 2007, p. 130, *apud* Cícero, *Das Leis*, 2, 23, 58). Existiam mesmo disposições que determinavam a distância em que as piras deveriam ser erigidas em relação à cidade, como aquela que surge prescrita nas tábuas de bronze encontradas na cidade espanhola de Sevilha, datadas do século I, nas quais se lê: “ninguém deve construir uma pira no local onde um morto já foi enterrado, nem a menos de 500 passos da cidade”, estabelecendo-se coimas pecuniárias e penais para quem desafiasse tal lei (HOPE, 2007, p. 130, *apud* *Lex Coloniae Genetivae Iuliae seu Ursonensis*).

Há autores que pensam que a preocupação com a salubridade suplantava a razão cultural relacionada com a demarcação do *pomoerium*, que delimitava um espaço sagrado onde não se deveria guerrear ou enterrar e no qual se deveria homenagear os deuses que protegiam a cidade e os vivos. Assim, havia que projetar um espaço dedicado aos *manes* e afastar a morte para um local onde a mesma seria lembrada em momentos próprios para o efeito (ANDERSON, 1997, p. 321; HOPE, 2007, p. 155; TOYNBEE, 1971, p. 75).

Outras razões poderiam justificar a separação entre vivos e mortos. Na verdade, a morte era vista como algo que poluía. Era suja e incomodava,

principalmente porque os vivos acabavam por se confrontar com a inevitabilidade da vida humana. A propósito deste pormenor, Sêneca comentou que a “morte tem também mau cheiro”, algo que iria contra a forma como os romanos perspetivavam a vida, na qual a tranquilidade dos indivíduos não deveria ser perturbada (HOPE, 2007, p. 214).

Após a realização do enterro, o local da sepultura convertia-se num espaço sagrado e inviolável (*locus religiosus*), no qual não se deveria interferir, fosse ela de um cidadão romano ou de um escravo (REMESAL RODRÍGUEZ, 2002, p. 371).

Os rituais funerários

Os rituais funerários relatados, em grande parte, pelas fontes escritas correspondem à descrição dos funerais praticados por família ricas, pois sobre os setores sociais mais empobrecidos pouco ou nada se sabe. O que descrevermos, em seguida, ocorreria, com maior frequência, no seio de grupos sociais abastados, cujo protagonismo social e político justificaria o fausto e a sumptuosidade dos funerais.

A primeira parte do ritual funerário realizava-se no seio familiar, no espaço doméstico. Era aí que se desencadeavam todos os preparativos para a concretização do funeral, cujos procedimentos iniciais passavam pela preparação do corpo do morto. A casa era preparada e adornada e a família passava a ser designada de *familia funesta*, envergando roupa de cor preta e evitando qualquer tipo de cuidados de higiene pessoal (HOPE, 2009, p. 122).

A fase seguinte correspondia ao momento em que o defunto seria exposto no átrio da casa, velado pelos familiares e conhecidos, durante um período que chegaria até sete dias, iniciando-se, assim, a parte pública do ritual funerário, sendo o morto exibido para que todos lhe prestassem homenagem. No caso de indivíduos socialmente destacados, como os senadores ou imperadores, essa exposição seria certamente mais prolongada. Após este momento, realizava-se o cortejo fúnebre, cujo percurso terminaria na área de necrópole junto à sepultura. Neste desfile participavam os familiares e uma série de indivíduos contratados para acompanhar o morto. A teatralização da dor competia às carpeideiras, acompanhadas por músicos, cuja função era a de alertar e anunciar à comunidade a morte de determinado indivíduo (HOPE, 2007, p. 69-72).

Um funeral era, certamente, um acontecimento dispendioso. A parcela mais cara estaria provavelmente associada com a contratação dos profissionais da morte, mas os custos aumentariam com a compra do ataúde, da madeira para a pira, dos incensos, das flores e dos ramos de ciprestes, das roupas para vestir o morto, com a elaboração da máscara funerária e com a aquisição do lote do terreno, demonstrando que a efetivação de todos os passos cerimoniais não seria acessível a todas as famílias. Na verdade, o funeral deveria exprimir o estatuto social que o defunto possuía no seio de sua comunidade. Quanto mais destacado, mais aparatoso e pomposo deveria ser o funeral.

Na sociedade romana tudo era hierarquizado e os rituais funerários não eram exceção, pelo que se encontravam previstas as condições de enterramento desde o pobre ao rico, desde o senador ao militar, desde o adulto ao recém-nascido. De acordo com o estatuto social, os preparativos, as exéquias e os rituais póstumos certamente decorriam de forma distinta. No entanto, muitas dessas práticas são impossíveis de serem captadas pelo registo arqueológico, sendo improvável a recuperação da totalidade dos gestos e atitudes perante a morte, como os discursos, as rezas ou as emoções. Por outro lado, o arqueólogo tem que estar consciente que as atitudes perante a morte são dependentes da influência que o contexto sociocultural tem sobre os indivíduos, os quais experienciam e respondem em cada momento de forma diferenciada.

Depois do cortejo, e já na necrópole, ocorria um conjunto de passos rituais que tinha como objetivo último o enterro. Foram esses passos finais que produziram evidência material, pelo que funcionam como manifestação de determinado procedimento ou ação comportamental, convertendo-se naquilo que designamos de práticas funerárias.

Bracara Augusta e as suas necrópoles

Concentremo-nos agora na cidade romana de *Bracara Augusta*, capital da província da Tarraconense, fundada nos finais do século I a.C. e implantada numa região em que o povoamento se encontrava organizado com base numa rede de povoados fortificados, habitados por aqueles que vulgarmente se designam de indígenas e que facilmente se integraram no seio da comunidade romana (MARTINS *et al.*, 2013, p. 33).

À imagem de Roma, as necrópoles romanas de Braga estruturaram-se na periferia da *urbs*, distribuindo-se as sepulturas ao longo dos principais itinerários viários. Quem acedia à cidade conhecia primeiro os seus mortos e só depois os vivos.

Até ao momento, apenas são conhecidos quatro núcleos de necrópole romana em Braga: o núcleo do Campo da Vinha, localizado entre a Via XIX e XVIII (a norte da cidade); o núcleo de necrópole da Via XVII, a nascente; o conjunto de sepulturas da Rodovia, a sudeste da cidade; e, por fim, o espaço de enterramento da zona de Maximinos, junto à saída poente da cidade romana (BRAGA, 2010; MARTINS; DELGADO, 1989/90).



Fig. 1 – Localização dos diversos núcleos de necrópoles romanas de Braga.

Ao se avaliar as evidências arqueológicas, a superfície de alguns dos núcleos de necrópoles foi preparada para que aí fosse possível implantar um espaço funerário. Inclusive, observa-se a existência das valas de extração de grandes blocos pétreos, cujo enchimento data de um momento anterior a

Augusto. A remoção destas superfícies de pedra granítica permitia ampliar a visibilidade sobre a extensa área de enterramento, aumentando o nível de segurança dos transeuntes junto à necrópole, que normalmente seria frequentada por mendigos e indigentes (BRAGA, 2010, p. 74; HOPE, 2007, p. 169). Por este fato, julgamos que os espaços das necrópoles seriam projetados em momentos coetâneos, como o da fundação da cidade, quando se iniciaram as atividades de ordenamento do espaço urbano.

Não se conhecem registos que mencionem a origem de vários achados de cariz funerário disseminados pela cidade, anteriores à primeira década do século XX, quando o investigador bracarense José Teixeira referenciou nos seus manuscritos, intitulados *Planta de Braga e apontamentos arqueológicos*, diversos vestígios arqueológicos, designadamente, achados monetários, o traçado da muralha e diversas estelas funerárias, algumas das quais embutidas nos muros que delimitavam amplos espaços rurais na periferia de Braga.¹ Posteriormente, os trabalhos de urbanização, ocorridos entre 1940 e 1970, nas áreas contíguas ao centro histórico da cidade, apesar de decorrerem sem qualquer tipo de acompanhamento arqueológico, permitiram recolher um conjunto de espólio (lucernas, estelas e sepulturas), tornando claro que a cidade contemporânea se sobrepunha às necrópoles romanas (CUNHA, 1953; SOUSA, 1966; 1973). A partir do final dos anos 80 e 90 do século XX e até à atualidade, com o incremento dos procedimentos metodológicos desenvolvidos pela Arqueologia Urbana, foi possível escavar e identificar outros núcleos, cujas evidências funerárias foram recuperadas com recurso à escavação arqueológica. O núcleo melhor conhecido e estudado foi descoberto em 2008 e estruturava-se junto à Via XVII, tendo possibilitado a recuperação de diversos tipos de sepulturas e de outros monumentos funerários.

Estruturas associadas ao ritual de cremação

Uma das primeiras evidências claramente associada à prática crematória é o reconhecimento dos *ustrinae*, facilmente reconhecidos pela

1 Informação disponível em: www.bpb.uminho.pt/Default.aspx?Tabid=4&pageid=20&lang=pt-PT.

película avermelhada que se formava no solo por ação do calor. Era aí que a pira era construída, sobre a qual era colocado o ataúde ou padiola que suportava o defunto (Fig. 2a). Outra estrutura reconhecida pela primeira vez no contexto arqueológico em análise é o *bustum*, bastante semelhante ao *ustrina*, apesar de se tratar de uma deposição secundária, na qual, depois de abater a pira, os ossos não seriam recolhidos na urna. Ambas as estruturas encontram-se documentadas em diversas necrópoles em todo o Império, existindo referências às mesmas em fontes escritas (HOPE, 2007, p. 113).

Após o término da cremação, processo que poderia demorar horas, os restos ósseos eram recolhidos em uma urna (cerâmica ou vidro), posteriormente colocada numa fossa e recoberta com as cinzas resultantes da cremação (BRAGA, 2010). Estes são os tipos de sepulturas mais recorrentes em todo o Império, apesar de existirem múltiplas variantes que podem ser caracterizadas, tendo em conta as morfologias das fossas e dos materiais utilizados.

Existem, porém, sepulturas cuja tipologia nos remete para um universo cronológico distinto. Destacamos uma sepultura com calote de carvão, que constitui uma das mais antigas necrópoles romanas de Braga, remetendo-nos para o universo dos *tumuli*, monumentos funerários proto-históricos que apresentam a particularidade de se destacarem na paisagem pelo montículo de terra artificial que as sobrepõe (BRAGA, 2010, p. 46). Merecem igualmente referência as sepulturas “tipo cista”, que parecem materializar uma espécie de solução construtiva já conhecida para o contexto peninsular, assemelhando-se a uma estrutura de tradição megalítica, formada por quatro lajes colocadas na vertical, onde se encontra uma outra pedra disposta na horizontal, que fecha uma espécie de caixa (Fig. 2b). Ambas as estruturas remetem para o ambiente pré-romano da região, no qual muitos indivíduos, apesar de aculturados, não perderam o vínculo com as suas raízes indígenas. Esta relação com o universo castrejo encontra-se também evidenciada pelo recurso a cerâmicas de fabrico indígena, que, muitas vezes, serviam de urna funerária (BRAGA, 2010, p. 56).



Fig. 2 – Estruturas funerárias associadas ao ritual de cremação (©UAUM).

O espólio e as suas marcas rituais

No contexto funerário de *Bracara Augusta* foram individualizadas diversas peças reveladoras das influências culturais dos seus habitantes, demonstrando algumas particularidades rituais desta área do Império. Uma dessas peças corresponde a um *káernos*, vaso ritual de origem grega associado a libações em rituais religiosos (Fig. 3a). O fato de ter sido produzido com barros locais prova que o mesmo foi manufaturado na cidade por um oleiro que conhecia a técnica de produção ou seria grego, apesar de não se encontrar qualquer marca de oleiro que evidencie tal hipótese. A sepultura poderia pertencer a um indivíduo de origem grega, fato que não era estranho no contexto social bracaraugustano, uma vez que existiam vários nomes gregos em diversas estelas funerárias. Outra peça a destacar é uma urna em granito, de forma oval, selada por grampos de ferro (Fig. 3b). O seu conteúdo era formado por restos de cremação, um unguentário de gota e uma moeda, cunhada em *Celsa Sulpicia*, entre 5 e 3 a.C. Pelo fato dos paralelos conhecidos para esta urna serem provenientes da Meseta, podemos documentar a presença, em *Bracara Augusta*, de personagens estranhos à região (BRAGA, 2010, p. 87; MARTINS *et al.*, 2009, p. 177).



Fig. 3 – Objetos votivos e funerários exumados das necrópoles de *Bracara Augusta* (©UAUM).

Após a deposição do resultado das cremações nos locais próprios, as fontes literárias sugerem que a família e os presentes participavam, em conjunto, de uma refeição designada de *silicernium* ou da realização de banquetes funerários no nono dia após o funeral (*cena novendialis*). No contexto arqueológico bracaraugustano, verifica-se a deposição de peças cerâmicas colocadas sobre os carvões das sepulturas, sem marcas de fogo e em bom estado de conservação. Esses objetos faziam parte do mobiliário de cozinha que se encontrava diretamente associado ao armazenamento de alimentos sólidos e líquidos (pratos, copos e bilhas), que seriam transportados para junto da sepultura, denunciando a realização das práticas que acabamos de enunciar, muito embora não nos seja possível saber quando as mesmas foram realizadas (BRAGA, 2010, p. 87).

Existem ainda peças que não apresentam marcas de fuligem ou estalamentos resultantes do contato prolongado com o fogo. Por outro lado, há objetos votivos em que apenas um dos lados surge queimado, fato que parece ilustrar uma ação decorrida num momento em que a pira estava quase inativa, não produzindo temperaturas suscetíveis de danificar as peças cerâmicas.

Alguns dos recipientes, como as urnas e as peças de cerâmica comum, possuem vestígios de uma prática funerária que consistia na abertura intencional de um orifício (Fig.4a), que podia estar intimamente relacionada com a ideia de libertação do espírito do defunto após a cremação, mas também

com as práticas de libação que decorriam durante o funeral (BRAGA, 2010, p. 86). Esta manifestação funerária encontra-se documentada na França, mais precisamente em *Lugdunum*, e numa necrópole próxima ao forte romano de Arbeia, no Reino Unido (BLAIZOT; BONNET, 2010, p. 186-221).² Se atendermos ao contexto populacional majoritariamente indígena da cidade, bem como à globalidade das peças cerâmicas encontradas, podemos suspeitar que esta prática funerária se encontrava relacionada com as comunidades pré-romanas da região, revelando a especificidade dos rituais funerários de *Bracara Augusta*.

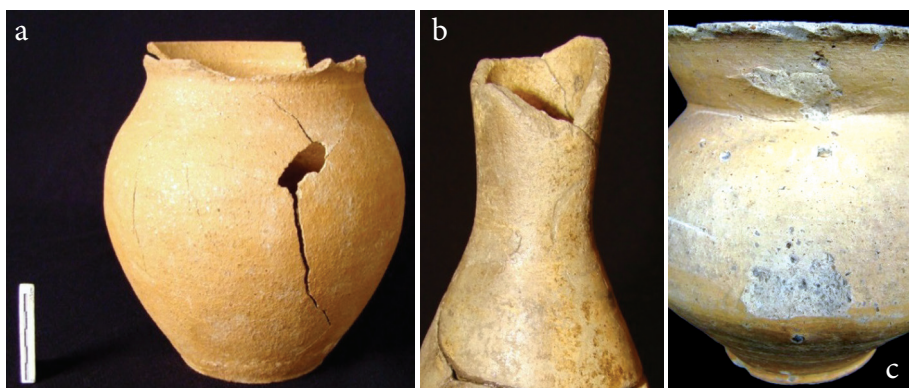


Fig. 4 – Marcas rituais identificadas no conjunto de espólio funerário de *Bracara Augusta* (©UAUM).

Existiam ainda outras práticas que tinham como objetivo provocar intencionalmente o fim da utilização das peças que compunham o mobiliário funerário (Fig. 4b, 4c). Estas evidências são ilustrativas de uma ação de forte simbolismo, que consistia em partir ou mutilar peças, que assim perdiam a sua funcionalidade, sendo posteriormente substituídas por outras, renovando-se o seu ciclo de manipulação. Com a morte ocorria o mesmo, pois o ciclo geracional renovava-se, quando uns morriam outros nasciam (BRAGA, 2010, p. 86).

² Informação disponível em: www.twmuseums.org.uk/archaeology/ceramic%20database/discussion.html.

Os mausoléus

Nas escavações realizadas na necrópole da Via XVII foram detetadas três estruturas que interpretamos como mausoléus, alinhadas ao longo da parte norte da via. Estes monumentos associavam-se a enterramentos de elementos integrados nas classes mais destacadas da população urbana, servindo não só ao propósito de comemoração e evocação do morto, evitando o seu esquecido, como também evidenciava o elevado poder aquisitivo de quem os construía (HOPE, 2009, p. 164). Como a edificação de um monumento deste tipo era custosa, uma vez que implicava a compra de um lote de terreno e a contratação de um núcleo de construtores especializados, os mausoléus eram encomendados por grupos familiares ou indivíduos socialmente destacados (BRAGA, 2010, p. 75).

Os recintos funerários

Na necrópole da Via XVII foram também reconhecidos recintos funerários que, em termos construtivos, revelam grande homogeneidade, exibindo aparelhos pouco cuidados, algo toscos, provavelmente mantidos a céu aberto, uma vez que o registo arqueológico não nos permite identificar qualquer tipo de materiais usados para a possível cobertura. Algumas destas estruturas ocupavam os locais menos destacados da necrópole, encontrando-se edificadas em áreas mais afastadas da via (BRAGA, 2010, p. 66). A parca informação disponível não nos permite, objetivamente, afirmar se estamos diante de edifícios de cariz familiar, associados a indivíduos com poucos recursos, ou se os mesmos correspondiam a construções relacionadas a um *collegium*, delimitando um espaço de enterramento de indivíduos agrupados em termos profissionais.

Existe, porém, uma exceção neste conjunto de edifícios. O decurso dos trabalhos arqueológicos permitiu reconhecer um recinto funerário de planta trapezoidal, com cerca de 13 metros de comprimento por 8,5 metros de largura, formalizando um complexo edifício funerário, cuja fundação data dos primeiros séculos da nossa era, desconhecendo-se, até o momento, qualquer paralelo no mundo funerário romano. Trata-se de um edifício que conheceu algumas remodelações internas entre o início

e meados do século I, período no qual foram dispostos simetricamente 12 recetáculos, de forma e seção retangulares, revestidos com *opus signinum*. Pela inexistência de outros elementos e materialidades, não é possível perceber os rituais ou as práticas funerárias associadas, nem mesmo quem as praticou, muito embora admitamos o seu carácter funerário, relacionado ao ritual da cremação, não se excluindo a possibilidade do espaço possuir igualmente funções rituais ou votivas (BRAGA, 2010, p. 67).

As epígrafes funerárias

A orientação dos monumentos epigráficos encontrados, ainda que erigidos em fases distintas, respeita o traçado da via romana, encontrando-se os seus campos epigráficos sempre voltados para a via, de forma a lembrar aos viajantes a *pietas* que deveriam ter para com os que ali estavam sepultados. Contudo, foram descobertas estelas amortizadas nos enchimentos de preparação da Via XVII. Na nossa opinião, esta circunstância poderia estar relacionada com o fato de que a referência à sepultura havia se perdido, tendo, por consequência, desaparecido a ligação com o defunto. Esta situação parece ser análoga ao que se regista noutros contextos arqueológicos, designadamente em Óstia, onde uma estela funerária serviu de tampa de *latrinae* (HOPE, 1997, p. 104). O fato de ter reutilizado este elemento pétreo indicia que os espaços de necrópole eram dinâmicos, sofrendo limpezas, reparações e outros tipos de intervenções constantes.

Quem mandava erguer uma estela, fazia-o por diversos motivos. Um deles seria o de localizar e marcar a existência de uma ou mais sepulturas. Mas a estela era também uma forma de representar o indivíduo, a pessoa social que deixou de existir, promovendo este monumento funerário a preservação da memória dos mortos, por meio da repetida e reiterada leitura de sua estela funerária, fato que evitava que o defunto fosse relegado para o mundo dos *dii inferi* ou deuses do submundo (CARROLL, 2006, p. 54; REMESAL RODRÍGUEZ, 2002, p. 370).

Apesar de serem conhecidas em Braga várias estelas funerárias, apresentamos como exemplo o potencial informativo de uma que nos revela as crenças funerárias e o ambiente vivido, no período imperial, em *Bracara Augusta* (Fig. 5).



Fig. 5 – Estela funerária encontrada *in situ* de uma família de indígenas (©UAUM).

A nossa escolha recai sobre uma estela que evoca bem a assimilação do hábito romano de homenagear e visibilizar os mortos, ato empreendido por uma família que teria posses suficientes para mandar construir e manter o monumento. Ao se avaliar a antroponímia da estela, atesta-se a existência de uma família de indígenas com referência a indivíduos pertencentes a quatro gerações (CATVRO/ CAMALI/ MEDITIA/ MEDAMI/ MEDAMVS/ CATVRONIS/ CVLAECIEN (sis)), todos sepultados no núcleo da necrópole da Via XVII, o que é evidenciado pelo uso da fórmula *hic siti sunt* (BRAGA, 2010, p. 50; MARTINS *et al.*, 2009, p. 185).

A intenção demonstrada pela menção dos laços de parentesco que uniam os defuntos poderia se relacionar com o fato de os familiares mais velhos deterem algum protagonismo e importância no contexto social da época.

É também notório que se tratava de um conjunto de indivíduos que não eram originários de *Bracara Augusta*, visto que se identificavam como *Culaeciensis*, cuja proveniência e localização geográfica permanecem por clarificar. A publicitação da *origo* denunciava a necessidade de expor e

reafirmar a identidade cultural indígena, que referenciava a sua genealogia, prática que se assemelhava à alusão dos cidadãos romanos às tribos de Roma.

Considerações finais

As necrópoles eram espaços em permanente mudança, visto que eram cotidianamente moldadas e reajustadas pelos vivos para que aí fossem prestadas as homenagens e as cerimónias de evocação e culto da memória dos defuntos. As atividades que aí decorriam eram variadas e associavam-se quer à limpeza e ao ordenamento da paisagem funerária, quer às ações construtivas marcadas por novos enterramentos, recintos, mausoléus ou monumentos epigráficos, mas também destrutivas, relacionadas à desafetação ou mesmo destruição de antigas sepulturas, edifícios ou memoriais. O caráter dinâmico destes singulares espaços pode apenas ser valorizado e compreendido com base no registo arqueológico, que nos fornece igualmente as especificidades regionais e as recorrências de parte dos gestos associados aos rituais funerários romanos. Na verdade, torna-se quase impossível a comprovação de determinados comportamentos associados à morte, que não deixaram vestígios materiais, designadamente, a concretização do *conclamatio*, do cortejo fúnebre ou da leitura do *laudatio funebris*, cuja prática é exclusivamente testemunhada nos relatos literários. Por isso, as fontes escritas mantêm uma valência muito importante na abordagem do cotidiano associado à morte na época romana. Importa, contudo, sublinhar que as comunidades locais e os indivíduos vivenciavam os momentos de morte de forma distinta. Tal fato resulta das múltiplas vivências culturais das populações integradas ao Império, mas também do maior ou menor grau de aceitação e aculturação por parte dessas mesmas comunidades relativamente às práticas rituais romanas. Cabe, por isso, sublinhar a importância da Arqueologia para aferir a variabilidade do mundo funerário das diferentes regiões, devedora das tradições fúnebres próprias dos contextos pré-romanos, reajustadas aos padrões rituais romanos. Por outro lado, importa sublinhar que as fontes escritas devem ser perspectivadas de um ponto de vista crítico, uma vez que relatam quase sempre o comportamento das elites e não o da população menos favorecida, o qual pode apenas ser avaliado por intermédio do registo arqueológico.

Referências

Documentação textual

THE LAWS OF THE TWELVE TABLES. Disponível em: http://www.constitution.org/sps/sps01_1.htm. Acesso em: 10 jan. 2015.

Obras de apoio

ANDERSON, J. *Roman architecture and society*, Londres: Johns Hopkins University Press, 1997.

BLAIZOT, F.; BONNET, C. L'identité des pratiques funéraires romaines: regard sur le centre et le sud-est de la Gaule. In: OUZOULIAS, P.; TRANOY, L. (Dir.). *Actes du Colloque comment les Gaules devinrent romaines*. Paris: La Découverte, 2010, p. 267-282.

BOURQUE, N. An anthropologist's view of ritual. In: BISPHANY, E.; SMITH C. (Ed.). *Religion in archaic and republican Rome and Italy*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2000, p. 19-33.

BRAGA, C. *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010.

CARROL, M. *Spirits of the dead roman funerary commemoration in western Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CUNHA, A. Novíssimas inscrições romanas de Braga. *Bracara Augusta*, n. 4, p. 249-252, 1953.

FIGUEIREDO, A. Death in roman Iberia: acculturation, resistance and diversity of beliefs and practices. *Revista Era Arqueologia*, n. 3, p. 91-107, 2001.

HOPE, V. Constructing roman identity funerary monuments and social structure in the roman world. *Mortality: promoting the interdisciplinary study of death and dying*, n. 2, v. 2, p. 103-121, 1997.

HOPE, V. *Death in ancient Rome: a sourcebook*. London: Routledge, 2007.

HOPE, V. *Roman death*. London: Continuum, 2009.

MARCO SIMÓN, F. Ritual y espacios de memoria en la Hispania Antigua. *Acta Paleohispanica*, v. 11, n. 13, p. 137-165, 2013.

MARTINS, M. *et al.* Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta: sociedade, economia e lazer. In: RIBEIRO, M.; MELO, A. (Coord.). *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2013, p. 29-68.

MARTINS, M.; DELGADO, M. As necrópoles de *Bracara Augusta*: dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*, n. 2, v. 6/7, p. 41-187, 1989/1990.

MARTINS, M. *et al.* Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no quarteirão dos CTT: Avenida da Liberdade. *Revista dos trabalhos arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho*, n. 1, p. 6-217, 2009.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. Aspectos legales del mundo funerario romano. In: VAQUERIZO, D. (Ed.). *Actas del Congreso internacional espacios y usos funerarios en el occidente romano*. Córdoba: Imprenta San Pablo, 2002, p. 369-378.

RETIEF, F.; CHILIER, L. Burial customs and pollution of death in ancient Rome procedures and paradoxes. *Acta Theologica*, v. 26, n. 2, p. 128-146, 2006.

SOUSA, J. R. Inventário de materiais para a arqueologia bracarense. *Bracara Augusta*, v. 20, n. 43-44, p. 165-178, 1966.

SOUSA, J. R. Subsídios para a carta arqueológica de Braga. *Studia Archeologica*, n. 23, p. 7-28, 1973.

TOYNBEE, J. M. C. *Death and burial in the roman world*. London: The John Hopkins University Press, 1971.

VAQUERIZO GIL, D. Espacios, usos y hábitos funerarios en la Hispania romana: reflexiones y ultimas novedades. In: ANDREU, J.; ESPINOSA, D.; PASTOR, S. (Coord.). *Mors omnibus instat: aspectos arqueológicos, epigráficos y rituales de la muerte en el occidente romano*. Madrid: Liceus, 2011, p. 191-231.